

## 2

## **O complexo fraterno e o aparecimento da fratria no dispositivo analítico**

### **2.1.**

#### **O complexo fraterno e a função do irmão no psiquismo**

Os termos “complexo fraterno”, “função fraterna” ou mesmo algo referente aos termos “fraterno” e “fratria” não são comumente encontrados nos dicionários de psicanálise (ROUDINESCO (1998), LA PLANCHE E PONTALIS (2001), ETC). Acredita-se que a falta de termos relacionados à fratria nestes dicionários, considerados importantes referências dentro do arsenal teórico da psicanálise, demonstra a necessidade de se valorizar o papel do complexo fraterno e do irmão como estruturantes no desenvolvimento emocional dos indivíduos.

Nota-se ainda que a crescente publicação acerca do tema aponta para o reconhecimento do papel do irmão na constituição psíquica dos seres humanos e vem tendo destaque dentro das discussões e da clínica dos psicanalistas.

O termo complexo, segundo Laplanche e Pontalis (2001), está relacionado a um conjunto organizado de representações e recordações de forte valor afetivo, que podem ser parcial ou totalmente inconscientes. Sendo assim, um complexo se constituiria a partir das relações interpessoais da história infantil, podendo estruturar todos os níveis psicológicos como: emoções, atitudes e comportamentos adaptados.

Adotando o termo fraterno como algo próprio de irmãos, percebe-se que uma das definições para a palavra “irmão” no dicionário Aurélio (1999) é: “coisa semelhante a outra na forma, disposição, origem, etc”. Esta denominação nos leva a refletir sobre os textos psicanalíticos onde o irmão é descrito não apenas como alguém com quem se tem um laço consanguíneo, mas também como aquele que é semelhante, com quem se compartilha algo.

Atualmente, alguns autores atribuem a importância da relação fraterna na constituição do sujeito à existência do complexo fraterno, definido como uma formação inconsciente.

O valor nuclear do complexo de Édipo ocultou o valor específico do complexo fraterno, segundo Kaes (2005). O autor coloca que embora Freud considere o complexo fraterno como uma forma de evitar o complexo de Édipo, outra perspectiva deve ser vislumbrada: a de que o complexo fraterno prepara a elaboração do complexo de Édipo.

A ênfase sobre a questão do Pai e sobre o infantil, colocada por Freud, ocultou a dimensão do complexo fraterno na elaboração do arsenal teórico psicanalítico. Sendo assim, quatro obstáculos surgem para o estudo deste tema:

O primeiro está no risco de supor traços específicos ao complexo fraterno, se isso colocasse em questão o caráter fundador do complexo de Édipo e a universalidade das fantasias originais.

O segundo obstáculo, de ordem epistemológica, diz respeito à necessidade de não pensar na análise apenas sobre a dinâmica intrapsíquica, mas também na necessidade de considerar a forma como os vínculos intersubjetivos se constituem. Neste sentido, o estudo do complexo fraterno torna possível a discussão sobre os efeitos da intersubjetividade na estrutura do psiquismo, na própria formação do inconsciente de cada sujeito.

O terceiro obstáculo é metodológico, tendo em vista que apenas com as práticas psicanalíticas de grupo e com as psicoterapias familiares foi possível colocar em andamento as dimensões do complexo fraterno e, finalmente, o quarto obstáculo é de natureza institucional, já que graças às pesquisas clínicas e metapsicológicas podemos representar os efeitos do complexo fraterno na fundação da instituição psicanalítica, ao contrário do debate, muitas vezes fratricida, que marcou o grupo dos primeiros psicanalistas, diante da rivalidade em relação ao corpus materno da psicanálise (KAËS, 2005).

Kaës (2005) diferencia o complexo fraterno das relações fraternas. De acordo com sua teoria, o complexo fraterno dá conta de uma formação inconsciente e as relações fraternas descrevem uma estrutura de vínculos consanguíneos horizontais entre pares. Esses vínculos situam-se em relação às gerações que os organizam, em relações verticais, aos pais e aos avós principalmente.

Segundo Kaës (2005):

O complexo fraterno, então, define uma organização fundamental dos desejos amorosos, narcísicos e objetais, do ódio e da agressividade com relação a este outro que um sujeito reconhece como irmão ou como irmã. Esse complexo inscreve-se, também, na estrutura das relações intersubjetivas organizadas pela representação inconsciente das localizações correlativas ocupadas pelo sujeito, o irmão e a irmã em relação ao objeto de desejo da mãe e/ou do pai. Ele qualifica, para todo sujeito, a criança única ou membro de uma fratria, uma experiência fundamental da psique humana (p.141).

O autor afirma que o complexo fraterno não implica, necessariamente, uma relação fraterna real e relembra que o tema do companheiro imaginário aparece nas crianças que não tiveram irmãos. Ele coloca ainda que na família e nos grupos, estamos diante de relações fraternas nas quais operam, segundo as modalidades do complexo fraterno, as relações entre as gerações, os sentimentos de rivalidade, de inveja, de intrusão, de atravessamento no retorno do ódio num vínculo, marcado pela ternura homossexual.

As relações fraternas, ao contrário, estariam relacionadas necessariamente ao relacionamento real entre irmãos. Esta definição de Kaes contribui para que possamos diferenciar o “complexo fraterno” do que Maria Rita Khel (2000) denomina “função fraterna”. Esta última dar-se-ia a partir do complexo fraterno e estaria relacionada às relações que os irmãos mantêm entre si.

Segundo Kaës (2005), Freud percebe que o complexo fraterno não é um simples deslocamento do complexo de Édipo, na medida em que ele tem importância na formação do vínculo social.

A importância do vínculo fraterno para o vínculo social discutida por Freud em Totem e Tabu (1912) sustenta a tese de que a hostilidade a respeito do irmão vem em primeiro lugar e conduz ao assassinato e depois a ternura e ao arrependimento, culminando enfim, nos efeitos do arrependimento sobre a religião, o código moral e a organização de grupos. Resulta daí a interdição de matar o totem, a interdição fundada socialmente de matar o irmão, a santificação do sangue comum e a consolidação da solidariedade entre todas as vidas do mesmo clã (KAES, 2005). Afirma Kaës (2005):

O modelo proposto por Freud em Totem e Tabu é o de uma mudança na ordem do agrupamento: consiste no deslocamento dos investimentos megalomaniacos e das identificações com o todo poder atribuído ao pai, em direção dos investimentos sobre a figura do Irmão e sobre os valores da cultura. Esse deslocamento é a consequência de

uma crise, de uma ruptura e de uma superação que marca uma passagem do vínculo não histórico da horda, para o vínculo intersubjetivo, histórico e simbólico do grupo fraterno, totêmico (p.154).

A identificação está, portanto, na transformação dos sentimentos de rivalidade em amor pelo objeto inicialmente odiado.

O complexo fraterno é diferente de uma defesa e deve-se pensar em sua elaboração através do complexo de Édipo. Kaes (2005) menciona a noção de triângulo pré-edípiano introduzida por Lacan em 1956. Dentro da teoria Lacaniana, o triângulo pré-edípiano designa a relação mãe- criança- falo, o qual representa no plano fantasmático o desejo da mãe. Nesta organização, o pai está presente através do discurso da mãe e ainda não é percebido como um interditor e como portador do falo.

De acordo com Lacan, no triângulo pré-edípiano, o rival é o objeto concorrente ao infans, podendo estar representado pelo irmão ou por qualquer outro objeto que tenha valor de transposição, nas equações das pulsões parciais. Neste sentido, o pai parcial poderia então ser o rival, enquanto o infans não o identificasse como pai genital, mas como podendo pertencer à mesma categoria que o irmão. Kaes (2005) admite, portanto, que os objetos, as imagens e os determinantes da rivalidade, as identificações e as interdições não são as mesmas no triângulo pré-edípiano e no triângulo edípiano. Kaes (2005) descreve:

No triângulo pré-edípico, o rival é o objeto parcial concorrente da criança, especialmente uma outra “pequena coisa”, como um pequeno irmão ou uma pequena irmã, ou qualquer outro objeto que tenha valor de transposição das pulsões parciais. O pai (parcial), pode, então, ser rival, não sendo identificado pela criança como Pai genital, mas como podendo pertencer à mãe na mesma categoria que um irmão. O irmão ou irmã podem tomar seu lugar, sem que tenhamos que fazer um verdadeiro deslocamento do complexo de Édipo ( p.100).

O termo “função fraterna”, segundo Kehl (2000), explicita o caráter necessário, não contingente, da participação do semelhante no processo de tornar-se sujeito. Seria então tarefa da fratria fazer operar a função paterna, já que os irmãos, no mito freudiano de passagem do estado de barbárie da humanidade para um protótipo de civilização, estabelecem um acordo que exige a renúncia de

algumas satisfações pulsionais, como condição para se pertencer à coletividade e intensificar os laços fraternos.

Benghozi e Féres-Carneiro (2001) concebem a fratria como um organizador do laço genealógico. De acordo com os autores, o laço fraterno é moldado em função do laço de pertencer, segundo a codificação referencial da organização de parentesco. Entretanto, é necessário distinguir o fraterno e a fratria do ponto de vista psíquico.

O fraterno diz respeito à dinâmica consciente e inconsciente dos laços e das relações inter-individuais, enquanto que a fratria é definida como um conceito grupal, uma entidade psíquica exclusiva, diferente da soma dos psiquismos individuais dos irmãos e das irmãs (BENGHOZI E FÉRES-CARNEIRO, 2001).

Para irmãos filhos de um mesmo casal parental, pertencer ao grupo fraterno é a expressão de uma afiliação primária, sendo esta definida como “ser membro de sua família de origem e do grupo comunitário produto da mesma filiação”. Benghozi e Féres-Carneiro apontam:

O grupo dos irmãos e das irmãs está unido, aqui, por um mesmo laço de filiação. Ele partilha a herança do patrimônio psíquico familiar, que é metabolizado, transmitido de geração em geração segundo modalidades inter-geracionais, ou não transformado e não simbolizado através das gerações na transmissão transgeracional (p.115).

Sendo assim, cada um dos irmãos é portador da transmissão nos níveis intra, inter e transpsíquicos, já que a partir das lealdades genealógicas, ou seja, da expressão da identidade consequente do sujeito pertencer ao grupo familiar, se estrutura a identidade e a continuidade do grupo familiar.

Todavia, é necessário distinguir a noção de laço da ideia de relação, tendo em vista que estes são conceitos diferentes. Enquanto ser irmão e irmã de uma mesma família, partilhar o mesmo laço de filiação define o laço fraterno, isto não pressupõe a qualidade da relação existente entre irmãos e irmãs. Sendo assim, em uma família, o laço entre os irmãos pode ser claro e sua relação conflituosa.

As relações fraternas são, portanto, construídas de indivíduo a indivíduo, entre os membros de uma mesma entidade grupal (BENGHOZI E FÉRES-CARNEIRO, 2001).

A fratria assim tem uma função organizadora simbólica, já que através dela assegura-se a transmissão da história familiar.

A função do irmão na constituição do sujeito dá-se na constatação da diferença, pois isto permite que cada membro da fratria se aproprie à sua maneira do nome herdado do pai e assim relativize o traço unitário que define cada um. Além disto, as experiências cotidianas compartilhadas com os irmãos permitem a quebra da ilusão identitária para o sujeito, ao produzir um campo horizontal de identificações entre os semelhantes (KEHL, 2000).

Quanto à chegada de um irmão no período pré-edípico da criança, Kehl (2000) aponta:

No período pré-edípico, o nascimento de um irmão introduz para a criança as questões essenciais em relação à sexualidade e mobiliza a investigação que vai precipitar sua entrada no Édipo: questões em relação à origem dos bebês, à cena primária e à diferença sexual. Aqui, os irmãos constituem uns para os outros um campo fértil para as especulações e as brincadeiras sexuais, permitindo o início do que virá a ser uma série de novos campos de circulação libidinal que projeta os sujeitos para fora do triângulo edípico. Ainda que o papel do irmão como objeto das primeiras experiências incestuosas seja apenas efeito do deslocamento do que estava investido sobre as figuras paternas, o prazer que se obtém nas trocas e investigações sexuais com os semelhantes não é idêntico nem à fantasia edípica recalcada, nem ao prazer fornecido pelo sintoma (p. 40)

Kehl (2000) atribui a permanência das grandes rivalidades fraternas a um metucioso trabalho por parte dos pais e educadores que empregam, conscientemente ou não, táticas de “dividir para governar”, incentivando entre os filhos a fantasia infantil de que só haveria lugar para o reconhecimento de um no amor parental. A autora aponta ainda que frequentemente na clínica psicanalítica são registrados casos em que é possível perceber as consequências devastadoras produzidas pela falta de lugar para a diversidade no ambiente familiar.

Paul Laurent- Assoun (apud Kehl 2000) chama atenção, entretanto, para uma “transformação climática do afeto”, onde as relações fraternas devem passar da hostilidade à ternura, da horda à fratria. O autor postula que a fratria é a matriz dos laços de amizade formados a partir de afinidades eletivas e admite a existência de formações fraternas comuns, capazes de instaurar no cotidiano uma solidariedade reguladora das tensões do cotidiano doméstico.

A importância das identificações horizontais, de acordo com Kehl (2000), é a de que na circulação horizontal é que se cria a possibilidade, para os sujeitos, de

desenvolvimento de traços identificatórios, essenciais para permitir a diversificação das escolhas de destino, em relação às quais o traço unitário é insuficiente. A autora conclui assim, que a função do semelhante deve ser considerada em três planos e em três níveis de abstração. Primeiro, a constatação, para a criança, da semelhança na diferença introduzida pelo irmão em seu campo narcísico, que a força a uma reelaboração da relação especular com o eu ideal e constitui para o eu um objeto ao mesmo tempo de ciúme, de interesse, de ódio e de identificação. Segundo, as experiências compartilhadas pela fratria na adolescência, que confirmam e relativizam o poder de verdade absoluta da verdade paterna, possibilitando ao sujeito reconhecer-se como criador de linguagem e/ou fatos sociais. Por fim, é importante a abertura de um campo anônimo de circulação e transmissão de saberes.

Através da análise do complexo fraterno e das relações fraternas, podemos observar que o irmão exerce um papel fundamental tanto para o reconhecimento da alteridade quanto para o direcionamento em relação aos vínculos sociais.

O complexo fraterno, ao contrário das relações fraternas, trata-se de uma organização intrapsíquica que considera o papel do irmão no psiquismo de cada um, à qual todos os seres humanos estão submetidos, sejam membros de uma fratria ou não.

A função fraterna surge a partir do complexo fraterno e está vinculada à relação entre os irmãos, à constatação da diferença e da relativização do traço unitário que define cada um.

O reconhecimento do lugar do irmão pressupõe a passagem da hostilidade à ternura, onde ao invés da fantasia de aniquilamento, a consolidação dos laços de amizade e a abertura para os vínculos sociais são estabelecidos.

Assim, as identificações horizontais complementam o estudo das relações verticais e é imprescindível que elas sejam contempladas na clínica.

O amplo estudo sobre a importância estrutural do irmão no psiquismo dos seres humanos tornam necessárias algumas observações sobre o complexo de Édipo, além da análise acerca do discurso que envolve a relação fraterna no dispositivo analítico.

### ***Laços de parentesco, filiação e a relação entre as gerações***

A expressão freudiana “complexo de Édipo” foi utilizada pela primeira vez nos escritos em 1910 e caracterizava um conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança sentia em relação aos pais.

A suposição da importância deste fenômeno fez com que se afirmasse que o complexo de Édipo desempenha um papel fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano já que, de acordo com os psicanalistas, ele é o principal eixo de referência da psicopatologia, onde os sujeitos encontram formas particulares da sua posição e da sua solução (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001).

O mito edípiano diz respeito ao desejo de morte do rival do mesmo sexo e desejo sexual pelo personagem de sexo oposto. Partindo desta premissa, Haydée Faimberg (2001), psicoterapeuta de família de orientação psicanalítica, em seu texto “O mito do Édipo revisitado” coloca que sob seu ponto de vista, todas as variantes que ocorrem do mito do Édipo decorrem do postulado fundamental de que o parricídio e o incesto são atos abomináveis. Entretanto, a autora coloca que há uma mensagem, que ela qualifica como “positiva” e que governa o destino de Édipo, e que está ligada a uma mensagem não dita e por isso, “negativa”. Em sua opinião, o segredo concerne ao mesmo tempo à adoção e ao filicídio original, sendo a mensagem “negativa” relativa às origens de Édipo.

Para Freud, o complexo de Édipo está relacionado aos desejos de parricídio e de incesto, onde encontramos o paradigma dos desejos inconscientes experimentados por todos os homens em relação aos seus pais. A contribuição trazida por Faimberg é a de que para Édipo, existem segredos em relação à sua adoção, assim como ao filicídio original, de modo que ele desconhece suas referências genealógicas, assim como seus objetos “edípianos” e pretende, desta forma, tecer alguns comentários sobre o “complexo de Édipo” de Édipo. Segundo a análise da autora, já que os supostos pais de Édipo o adotaram em segredo, o pai e a mãe a quem se refere o oráculo no mito são desconhecidos. Sendo assim, Faimberg (2001) coloca que a filiação de um indivíduo e seu laço de parentesco são condições necessárias para a identificação dos “objetos edípianos” e, nesse sentido, desempenha uma função protetora. A negação a que se refere é a de que a filiação de Édipo é ocultada pela mentira e, sendo assim, ele não tem meios de

encontrar suas referências, renunciando ao parricídio e ao incesto. Para a autora, a ignorância de suas origens e da origem de seu nome que se vincula ao filicídio, e o segredo de sua adoção, constituem elementos centrais na tragédia.

Faimberg (2001) postula que o problema não é somente o “complexo de Édipo” de Édipo, mas também saber quais são seus objetos edipianos e como eles aceitaram a alteridade de Édipo e que sentido teve pra eles o fato de ter um filho. Afirma:

Na minha opinião, o conceito freudiano [ de “complexo de Édipo”] não dá conta totalmente da natureza e da história dos objetos edipianos enquanto tais [...]. É preciso ampliar o conceito para poder estudar a relação particular entre as gerações que acabamos encontrando em nossa experiência clínica. Por essa relação, entendo não apenas a relação do filho com os pais, mas a dos pais com o filho tal como ela poderia ser (re) construída. Sugiro incluir no conceito de “configuração edipiana” essa relação [dissimétrica e] recíproca entre o filho e os pais [...] (p.178,179)

Desta forma, a autora distingue dois lados da configuração edipiana do paciente: de um lado os desejos inconscientes do paciente, ou seja, a relação dos filhos com os pais; e do outro a maneira como o paciente interpreta no seu mundo interior a forma como seus pais reconheceram sua alteridade. Para ela, este conjunto de fatores faz parte da configuração edipiana, da qual o “complexo de Édipo” constitui um aspecto parcial numa configuração maior. Sendo assim, torna-se clara a proposta de uma análise edipiana mais complexa, onde possa ser questionada qual configuração edipiana permite superar os conflitos edipianos e impedir sua tradução para a realidade. Segundo sua hipótese, uma análise rebuscada permite vincular dialeticamente e sobre uma base metapsicológica os problemas de narcisismo aos problemas edipianos.

Por fim, Faimberg (2001) coloca:

... o que o mito de Édipo nos ensina é que se os pais tiverem, no que concerne ao filho, uma relação de ódio narcísico filicida ( ou de erotização narcísica incestuosa) em vez de reconhecerem e de contarem intrapsiquicamente suas próprias histórias e desejos inconscientes, e se houver segredos de filiação pesando sobre o romance familiar, a confiança nas verdades psíquicas poderá se ver destruída, e a configuração edipiana essencial que estrutura nosso espírito, pervertida (p.188 e 189).

Percebe-se assim, que não só o complexo de Édipo desempenha um papel fundamental na estruturação da personalidade, mas também a identificação dos

objetos edipianos e dos laços de parentesco do indivíduo assumem uma função protetora para a orientação do desejo.

Neste sentido, a proposta trazida por Faimberg (2001) de tecer uma análise edipiana mais complexa, onde além da configuração edipiana e da relação dos filhos com os pais, seja também considerado o modo como o paciente descreve e entende o reconhecimento de sua alteridade pelos mesmos, enriquece o material analítico e permite uma escuta livre de reducionismos.

O mito é utilizado como metáfora para investigar problemas psicanalíticos, pois quando Édipo se questiona sobre sua não-semelhança com os pais, ele, inconscientemente, faz uma pergunta sobre suas origens, sobre este passado que é um enigma.

Falar dos pais, não significa falar do ponto de vista da realidade, mas da forma como os encontramos na transferência como algo inscrito na realidade psíquica do paciente.

Faimberg (2001) cria um conceito psicanalítico ao chamar a condensação de três gerações de “telescopagem geracional”. Segundo a autora, a telescopagem geracional aparece nas identificações inconscientes dos pacientes, reveladas na transferência.

Nas identificações em que há telescopagem das gerações, a identificação se dá com o objeto e com certos atributos da história secreta, não apenas com um objeto. Sendo assim, quando um tipo particular de identificação se historiciza, o paciente adquire a possibilidade de se situar em relação à diferença de gerações. Para Faimberg, este tipo de identificação condensa uma telescopagem geracional.

A telescopagem de gerações é um fenômeno universal, presente em toda análise e a causa alienante da telescopagem das gerações, não provém exclusivamente do conteúdo dos fatos relatados pelo paciente, mas também do modo segundo o qual estes fatos foram submetidos ao dizer e não dizer dos pais.

O paciente fala e escuta a partir de identificações inconscientes. Assim, as identificações inconscientes se revelam aonde o terapeuta e o paciente não as esperam. Entretanto, estas identificações inconscientes somente podem se manifestar através do discurso do paciente.

A valorização da relação particular entre as gerações faz com que Faimberg afirme que há sempre três gerações envolvidas quando o sujeito fala. Desta forma, quando percebemos como uma fratria se comporta, é interessante levarmos em

consideração como os próprios pais do paciente se comportavam em relação a seus irmãos, tendo em vista que esta relação inicial pode contribuir para a forma como educam os filhos e muitas vezes veem seus problemas reeditados.

A escuta na transferência permite compreender estas identificações e tornar possível ao paciente resolvê-las.

Acredita-se que esta análise corrobore o ponto de vista adotado aqui, de que o sujeito deve ser ouvido em suas múltiplas facetas, levando em conta todas as relações que o referenciam no mundo. Desta forma, julgamos estar contribuindo para a valorização tanto da dimensão vertical das relações, mas também para a dimensão horizontal, onde a problemática fraterna infantil faz parte da escuta.

### ***A relação fraterna na clínica psicanalítica***

Apesar da dimensão vertical das relações parentais ter lugar privilegiado na escuta da maioria dos psicanalistas, hoje muitos clínicos apontam para a importância da dimensão horizontal das relações fraternas no discurso dos pacientes.

O crescente número de publicações acerca da importância da relação fraterna e do complexo fraterno na estruturação do psiquismo torna possível a discussão e a observação de como estes temas surgem durante a análise de um indivíduo.

A importância da relação fraterna tornou-se óbvia para Bernard Brusset (1987), quando este pôde perceber que os irmãos privados de sua mãe se colam entre si em uma espécie de aglutinação descrita com a designação de “together-together”. O autor coloca que as crianças do campo de Térézin, observadas logo após a última guerra por Anna Freud e Dorothy Burlinghan, tinham estabelecido entre elas relações privilegiadas. A relação horizontal fraterna havia substituído, a medida do possível, a ausência da dimensão vertical na relação com os pais. Brusset afirma que se tratavam de crianças traumatizadas que, logo após terem sofrido a perda de seus pais, haviam vivido em circunstâncias muito especiais, onde a relação fraterna foi fundamental para seu restabelecimento emocional.

Teórico que valoriza as psicoterapias grupais, Brusset (1987) afirma que a problemática fraterna infantil parece muito mais frequente nas reanálises. Este domínio inexplorado, a seu ver, ou pouco explorado em psicanálise, pode abrir novas vias de acesso para a compreensão da neurose infantil.

Brusset (1987) aponta que nas psicoterapias analíticas de grupo, o dispositivo solicita diretamente as relações de membro a membro, que a miúdo possuem um grande potencial mobilizador da atividade inconsciente. Nestes casos, o autor coloca que nos vemos surpreendidos pela importância que pode alcançar a atualização das relações fraternas da infância, da transferência fraterna, seja em relação aos terapeutas, ou ao grupo mesmo, ou, sobretudo de membro a membro.

Acerca da aliança entre irmãos, Brusset postula que as uniões contra os pais revelam aos irmãos sua solidariedade e sua complementaridade, já que nos contos o entendimento e a união dos irmãos e irmãs permitem salvar os pais ou salvar-se dos pais. O autor afirma que embora o conflito edípico, que enfrentam os irmãos com a exclusão operada pelos pais pareça sexuado, o grupo fraterno dos relatos míticos abandona os pais malvados ou demasiadamente pobres e forma uma aliança igualitária e solidária.

A experiência de Brusset mostra ainda que o laço positivo de pertencimento a um mesmo grupo no qual as diferenças de idade e de sexo devem atenuar-se em razão da referência comum a um ideal de fraternidade que exclui a rivalidade, o ódio, tanto com o incesto, assim como evita o Édipo e a castração.

Sendo assim, a manutenção de um ideal estritamente igualitário pode atuar como formação reativa, de maneira que toda desigualdade parece desencadear necessariamente em uma luta fratricida, destrutora do grupo e de todos os seus elementos, a menos que um excluído ou um elemento exterior permita a desviação da hostilidade sobre um bode expiatório do grupo.

O analista pode estar colocado na posição de irmão, concebido como “protótipo infantil”. Evidentemente, não se trata do analista colocar-se no lugar de irmão, mas é o analisando quem pode lhe por nesta situação, utilizando o analista como a réplica de um irmão que marcou sua “história libidinal”.

Algumas situações vividas em análise podem suscitar uma revivência da imago fraterna na pessoa do analista.

O irmão se distingue por introduzir uma dimensão de historicidade para o sujeito, já que sua aparição constitui um acontecimento. A eclosão da transferência poderia assim, repetir algo deste efeito, como a esperança de uma assistência, necessidade de receber um irmão em sua experiência. O analista, desta forma, deve ter claro que em alguns momentos ele pode ser identificado pelo analisando com um irmão maior e precisa encontrar artifícios para lidar com esta situação.

A angústia da passividade e a irritação pelo fim da análise podem surgir a favor desta idéia de “dominação” mais atualizada, já que o analista passa a ser referência como um substituto do irmão (ASSOUN, 1998).

Aponta-se que no registro horizontal, as particularidades individuais da história subjetiva infantil podem outorgar um papel considerável ao irmão ou a irmã. Sua inscrição, reeditada pela transferência, deve ser considerada pelo analista em toda sua importância tópica, dinâmica e econômica e pode ser uma limitação do analista conceber a transferência unicamente em sua dimensão parental.

No que diz respeito à transferência, Brusset postula que quando a transferência é uma transferência fraterna, o processo psicanalítico tende a dissolver sua especificidade, já que só dura um certo tempo e possui outros aspectos. De acordo com o autor, a experiência psicanalítica mostra que quando esta cena ocupa o primeiro plano, acabará tarde remetendo sempre a outras cenas que a clareiam e proporcionam chaves interpretativas mais decisivas. A transferência de uma relação fraterna da infância estaria assim determinada por relações de objeto fantasmáticas estruturadas em relação às imagens parentais.

Brusset enfatiza ainda que transferência fraterna e transferência materna ou paterna não podem opôr-se como conteúdo manifesto e conteúdo latente, já que são dois registros diferentes situados um com respeito ao outro a partir de múltiplas e contraditórias relações.

Do ponto de vista do autor, a vinculação imaginária ou real com o irmão ou a irmã durante a cura analítica, pode ser utilizada defensivamente em relação a transferência materna ou paterna, não deixando de ser paralelamente uma revelação, na medida em que a investidura atual destes objetos antigos pode ser o efeito de um deslocamento da transferência, recolhida dessa maneira do espaço familiar. O sujeito, assim, buscaria proteger-se ou afastar-se de seu analista,

enquanto este atualiza uma imagem parental e a reencontra em seu irmão ou irmã incluso no grupo fraterno.

Estes fenômenos de deslocamento, substituição, ou reenvio, entretanto, não escapam nem despistam a análise, pois, diretamente em relação com a transferência, é habitual que possam facilmente ser comprovados.

Percebe-se assim que a singularidade da contribuição de Brusset está na percepção de que o analista precisa estar familiarizado com aspectos elementares, triviais, cotidianos da vida do paciente, mas não pode prescindir de outras dimensões mais específicas e às vezes essenciais nas relações fraternas.

O autor postula que a importância de se considerar o relacionamento fraterno na análise é porque muitas vezes encontra-se neste eixo a chave para a interpretação.

A fim de discutir o complexo fraterno nos grupos, Kaës (2005) menciona a sua experiência em um seminário de trabalho psicanalítico conduzido por uma equipe de analistas para mostrar como o complexo fraterno é um organizador maior do processo psíquico grupal.

Segundo o autor, foi evidente que os processos transferenciais foram atravessados pelo complexo fraterno, já que no grupo que ele conduziu foram experimentadas largamente experiências de inveja e de ciúme. Todavia, mediante o trabalho analítico com o grupo, os movimentos de inveja e de ciúme puderam ser transformados.

Desta forma, podemos ratificar a idéia de Brusset de que “do ponto de vista do desenvolvimento, as relações fraternas da infância são intensas, estreitas, duráveis, inevitáveis e construtivas”, já que seja em relação ao complexo fraterno ou às relações entre os membros de uma fratria, o irmão tem um papel fundamental no psiquismo humano e em nossa estruturação emocional.